



Henrique Lima Santos Filho - Reco do Bandolim

Biografia:

Jornalista, músico e produtor cultural, criou em 1997 a Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello, a primeira do gênero no País. Desde 1993, preside o Clube do Choro de Brasília, fundado há 45 anos. É responsável pelo projeto de música instrumental mais duradouro e bem sucedido da história da MPB, em cartaz há 25 anos no Clube do Choro de Brasília. Foi eleito cidadão honorário de Brasília por unanimidade pela Câmara Distrital. Em 2011, recebeu a Ordem do Mérito Judiciário/TST. Em Dezembro de 2017, Reco do Bandolim foi condecorado pelo Governo do Distrito Federal com a Medalha Brasília, pelos relevantes serviços culturais prestados à coletividade.

Entrevistador:

Prof. Dr. Gilmário Guerreiro da Costa
Pós-doutorado em Literatura Comparada pela Universidade de Coimbra e Pós-doutorado em Filosofia pela UnB. Doutorado em Filosofia pela UFG e doutorado em Teoria Literária pela UnB. Atualmente é editor adjunto da Revista Com Censo.

Uma história de amor ao choro e à cultura brasileira

Nota contextual: Perguntas foram enviadas ao entrevistado que nos brindou com um relato apaixonado pela música popular brasileira, e especialmente pelo choro. Resolvemos preservar na íntegra a forma escolhida pelo entrevistado para nos responder. Esse formato singular de apresentação, em texto corrido e sem perguntas explícitas, reflete a decisão editorial de respeitar o fluxo narrativo e afetivo do entrevistado.

Reco do Bandolim: No verão de 1974, um garoto que amava os Beatles, Jimmy Hendrix, tocava guitarra numa banda de rock em Brasília, estava de férias na Bahia. Ele foi assistir a um show no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) com Armandinho e Moraes Moreira. O grupo Novos Baianos tinha se desfeito e Moreira começava uma carreira solo. Um espetáculo aberto com Canta Brasil e aquela levada inconfundível e bem lastreada pelo bandolim de Armandinho.

Era um violão muito bem-dotado de brasilidade, tirava o teatro do chão com aquelas harmonias impregnadas pela mão benfeitora de João Gilberto. Diante dos olhos daquele garoto de Brasília, Moraes Moreira e Armandinho colocaram o Brasil inteiro dentro do pequeno teatro, como se o país estivesse no verão de Salvador. Fecharam com o choro de Jacob do Bandolim, "Noites Cariocas", magistralmente interpretado pela dupla. E aquele garoto na plateia era eu, que ouvia um choro pela primeira vez.

Tive a alegria de me tornar amigo de ambos e merecedor de um choro em homenagem ao nosso clube. A letra dizia assim: "O Clube do Choro é mil". Hoje eu sei que se não fosse aquela noite no ICBA, eu não estaria aqui. Não teria descoberto o choro, provavelmente continuaria sendo o Jimmy Reco, como meus amigos me apelidaram, e não o Reco do Bandolim. Fiquei atordoado. Não entendi por que o choro não era mostrado no Brasil.

Bem, quando assumi a presidência em 1993, o Clube do Choro estava fechado fazia dez anos e sob ameaça de despejo. O que tínhamos era um estatuto cheio de bons propósitos e um porão abandonado, fechado para atividades culturais. Nossa sede estava invadida por meia dúzia de usuários de droga que ocupavam o espaço como esconderijo. Restava apenas a memória do sarau

de fim de semana que reuniu amadoristicamente instrumentistas da cidade. O GDF ameaçava retomar o prédio e chegou a dar um ultimato ao clube.

A primeira providência depois de eleito foi comprar baldes, vassouras e desinfetante para colocar mãos à obra. A rede de esgoto tinha explodido, inundado todo o piso do clube. Mal terminamos a faxina, fizemos uma vaquinha entre a diretoria para trocar o encanamento e dar uma demão de tinta na sala. A segunda tarefa foi a aquisição de mesas e cadeiras para acolher o público, principalmente microfones e amplificadores que permitissem a apresentação dos artistas. Mas nem em sonho tínhamos recurso para um investimento daquele porte.

Recorri então ao talento generoso de dois amigos, Raphael Rabello e Armandinho Macedo, na esperança de que trouxessem um público capaz de assegurar a arrecadação necessária para iniciar nosso projeto. Convidados toparam na hora realizar o espetáculo sem cobrar cachê, confiantes no projeto. O concerto foi realizado na Sala Villa-Lobos com casa lotada. Vendi um a um, 1.300 ingressos. Pouco mais de um mês depois, o Clube do Choro, ainda que modestamente, voltou às atividades.

Os encontros musicais aconteceram nas noites de sextas e sábados, regados a cerveja e gelo que colocávamos numa caixa de isopor encostada na parede anterior ao palco. O problema é que não havia cachê para os músicos. Fiz um anúncio no Correio Braziliense, convocando os grupos de choro da cidade para ajudar a manter a chama acesa. Alguns compareceram, mas logo deixaram de assumir compromisso.

Tive, então, que manter o grupo, o Choro Livre, com meu salário de jornalista, sob pena de perder a sede para o GDF, que alegava a existência de outros grupos interessados no espaço. Depois de um importante renascimento do choro no Rio de Janeiro nos anos 70, o movimento do choro no Brasil estava acabado. Depois de quatro anos, esse esforço solitário e teimoso terminou sendo reconhecido pelo Ministério da Cultura. Através da Lei Rouanet, abriu sua perspectiva para começar a desenvolver projetos anuais, homenageando grandes mestres da música popular brasileira.

Partimos em busca de empresas que pudessem nos patrocinar e cá para nós, patrocinar choro fora da grande mídia não era tarefa fácil. Foram meses de batalha. Mas tínhamos outro problema. Nossa sede funcionava no antigo vestiário do Centro de Convenções. Era um lugar subterrâneo, teto baixo, havia um grande balcão redondo no meio do salão, banheiros, pias. Precisávamos conseguir um projeto arquitetônico para dotar o ambiente das condições mínimas para realizar espetáculos musicais.

Durante um ano e meio buscamos todas as maneiras para convencer o GDF a nos ajudar com profissionais que pudessem visitar o espaço, desenhar e executar o projeto. Conquistados os profissionais do

projeto, fomos alertados de que só com a autorização expressa do escritório do Dr. Oscar Niemeyer, o prédio poderia sofrer alteração. O projeto foi rejeitado depois de quase dois anos de lutas, mas com a promessa de que nos ajudariam a realizar as modificações necessárias.

Finalmente, com a ajuda do escritório do Dr. Oscar Niemeyer, reinauguramos o Clube do Choro, agora em condições de receber artistas e público. Depois de avaliar os importantes meios de comunicação do país, concluímos que nenhum deles apresentava nosso cancioneiro com a regularidade que seria natural pela qualidade de nossos compositores. O movimento do choro no Brasil realmente tinha acabado. Decidimos então que nossos projetos seriam anuais. O primeiro deles, em 1997, homenagearia Pixinguinha.

Nossa estratégia era a de convidar os melhores instrumentistas brasileiros que pudessem cada qual apresentar sua visão artística sobre a obra de Pixinguinha. Imediatamente, antes dos espetáculos, fiquei com a incumbência de subir ao palco para contar a vida de Pixinguinha por capítulos. O projeto foi um sucesso avassalador. A cidade passou a frequentar o clube e a imprensa que classificava Brasília como a capital do rock passou a qualificar-la como a capital do choro.

Grandes instrumentistas como Dominginhos, Sivuca, Zé da Velha, Armandinho, Yamandu, Armandinho Macedo passaram a fazer abordagens inovadoras sobre a obra do genial Pixinguinha. Os espetáculos começaram a atrair o público que se multiplicou. Foi um salto de qualidade que transformou o Clube do Choro de desprezível botiquim com música ao vivo em uma das mais importantes instituições culturais do país, nas palavras do jornalista e escritor Sérgio Cabral, especialista em música brasileira.

Todo esse sucesso terminou atraindo a atenção de emissoras de TV – TV Senado, TV Câmara, TV Brasil começaram a gravar e a transmitir nossa programação para todo o país. O projeto que tinha vocação local, ganhou dimensão nacional, chegando a regiões do norte e sul do Brasil. Seguimos em 1998, comemorando os 80 anos de Jacob do Bandolim. Os artistas, dessa vez, tinham de ouvir Jacob e apresentar versões especiais sobre a obra do grande bandolinista. E eu, de pesquisar, buscando biografias que pudessem trazer luzes diante do público sedento.

Seguiram-se homenagens a Waldir Azevedo, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Radamés, Villa-Lobos, entre muitos. Desde 1997, seguimos com projetos ininterruptos, abordando grandes autores nacionais. Mas em determinado momento, concluímos que nossa programação precisava atrair a juventude para lhe dar posse da cultura genuína de seu país. Criamos então o projeto Caíndo no Choro, que selecionava artistas que não eram propriamente do choro, mas que podiam ser atrativos para a juventude.

Conversamos com Pepeu Gomes e o convidamos para vir ao clube com a guitarra e com o bandolim

para tocar choro, como fazia na época dos Novos Baianos. Pepeu resistiu, mas terminou aceitando. Então, anunciamos: “Pepeu Gomes Cai no Choro”. Impressionou a quantidade de jovens no espetáculo. Eles vibraram quando Pepeu tocou Brasileiro e Tico Tico no Fubá com sua visão. Vários guitarristas vieram se matricular em nossa escola. Depois fizemos “Maurício Einhorn Cai no Choro”, e vários outros se seguiram.

Esse sucesso fez com que instituições como Itamaraty, Embratur, Ministério do Turismo, Presidência da República, comessem a nos convidar para missões no estrangeiro, realizando shows musicais e palestras em institutos, universidades e embaixadas. O resultado é que frequentamos todos os continentes com convites para apresentações, oficinas e palestras em mais de vinte países da América do Norte, América Latina, Europa, Ásia e África, levando a bandeira verde e amarela da nossa autêntica cultura popular.

Foi assim que os mais de vinte prêmios e comendas começaram a chegar. Entre eles, a Ordem do Mérito Cultural, pela Presidência da República; a Medalha Rio Branco, a mais alta comenda do Itamaraty; Cidadão Honorário de Brasília por unanimidade na Câmara Distrital.

O que me motivou a criar uma escola de choro primeiramente foi a inexistência de qualquer escola do gênero no país. Cheguei a considerar como um crime de lesa-pátria o Estado brasileiro não se dar conta da importância de nossas raízes culturais.

Eu vim estudando as primeiras manifestações musicais do Brasil e cheguei a uma triste conclusão. Apesar de o choro estar na base de nossa música popular, de ser anterior ao samba, esse gênero que traz a nossa alma profunda, os responsáveis pela cultura brasileira não tomavam conhecimento. Fui avaliar porque o jazz alcançava as populações ao redor do mundo. Pois bem, os americanos criaram escolas, institutos, universidades tratando do blues, do jazz – Berkeley, por exemplo, que forma músicos do mundo inteiro, gerando prestígio, autoestima e divisas para o país.

Foi nessa época que cheguei em casa e vi meu filho, Henriquinho, com bandolim nas mãos e tocando um choro do Jacob. Ele era apenas um garoto de 13 anos. Quando lhe dei um abraço de felicidade, ele me disse: “Pai, eu quero ser músico como você”. Acontece que apesar de ser um bandolinista, jamais consegui sobreviver da música. Trabalhava como jornalista e tocava o meu bandolim apenas quando era possível. A decisão de meu filho me alegrou muito, mas acendeu uma luz vermelha, a luz da sobrevivência.

Eu explicava que o nosso interesse estava em torno do gênero choro, mas as respostas recorrentes eram as de que o Brasil já dispunha de escola de música, o que revelava um desconhecimento do próprio Ministério sobre as origens de nossa música popular. Foram anos nessas trocas de ofícios, até que decidi recorrer à Câmara Distrital. Durante seis meses visitei todos os deputados pedindo apoio para aquela iniciativa junto ao Ministério

da Cultura. Finalmente, em 1997, consegui aprovar o primeiro projeto que teria duração de dez meses.

Seria uma experiência-piloto. Comecei a convidar os amigos do choro para usar em sua experiência como autodidata e levar conhecimento aos interessados. Tudo era novo. A linguagem do choro, historicamente, sempre foi oral. Não havia livros nem didática. Estava começando literalmente do zero. Estabelecemos uma modesta mensalidade para remunerar quem estava transmitindo o conhecimento. Por uma questão filosófica, para democratizar o ensino, começamos a praticar uma mensalidade acessível a todos. Como aliás, decorridos vinte e sete anos, se mantém.

Abrimos bolsas de estudos para as pessoas sem renda, mas com algum talento. Bolsas que continuam sendo ofertadas. Afinal, o princípio da Escola Raphael Rabello é o de democratizar o ensino desse gênero fundamental para nossa cultura popular. Para se ter uma ideia, cobramos por oito aulas mensais entre 178 e 213 reais, o que significa 20 e poucos reais por aula.

Escolas similares chegam a cobrar de 700 a 900 reais, mas nossa hora-aula paga aos professores, mesmo cobrando menos, equivale a de qualquer outra escola de Brasília. Os professores da escola foram sendo formados ao longo dos anos. Chegaram como estudantes, alguns bolsistas, depois já maduros precisavam ter renda para sobreviver. Nossa escola acolhe hoje vinte e seis professores.

A escola funciona na verdade como uma espécie de braço do Estado brasileiro, que deveria estar desempenhando esse papel, o de reconhecer nossa cultura genuína e transmiti-la para a população. Tornou-se um centro de oportunidades para jovens, como é o caso dos estudantes, bolsistas e instrutores que passaram a dar aula numa instituição hoje respeitada internacionalmente e que lhes abre portas. Pouco antes da pandemia, o Henrique Neto, atual diretor, estava prestes a abrir uma sucursal de nossa escola na cidade do Porto, em Portugal.

Sobre a formação de profissionais, posso citar como exemplos o caso da Larissa Umaytá, que recebemos como estudante de pandeiro, que se tornou numa percussionista respeitada nacionalmente com a atuação em grupo de sucesso em todo o Brasil. Matheus Donato, de aluno, passou a professor e agora faz um ano morando em Paris, onde vem virando a estrela do cavaquinho. Jussara Dantas, uma moça que veio do Norte, pediu a oportunidade na escola e hoje vive também em Paris.

Rafael dos Anjos começou como aluno, passou a professor e hoje é o arranjador e violonista de Arlindo Cruz e Diogo Nogueira. Márcio Marinho, considerado hoje o maior virtuose do Cavaquinho. Henrique Neto, mestre em música, grande violonista que esteve à frente do grupo Choro Livre, durante 15 anos acompanhando

artistas como Dominginhos, Sivuca, Hamilton de Holanda. Ele é coautor do Manual do choro, um trabalho de fôlego que traz para o papel toda a experiência oral acumulada há mais de 160 anos, um verdadeiro facilitador para a compreensão do estudante distribuído em português e em inglês para mais de 17 países. O manual condensa o projeto pedagógico de mais de duas décadas da escola, que utiliza como ponto de partida a obra de grandes compositores do choro, como Pixinguinha, Jacob, entre outros.

Todo esse esforço terminou sendo reconhecido pelo Ministério da Cultura, que classificou nossa escola como um case de sucesso, uma instituição que forma músicos e os insere no mercado de trabalho, criando a possibilidade de o artista viver de sua arte, o que era impensável quando iniciamos esse trabalho. Do Rio de Janeiro, o Dr. Oscar Niemeyer tomou conhecimento da primeira escola e me convocou para uma reunião em seu escritório. Dr. Oscar pediu-me que lhe contasse a história do choro.

Ouviu atentamente, fez várias perguntas sobre os autores, porque a grande mídia ignorava essa obra e como estávamos conseguindo funcionar fazia dez anos num barracão de madeirite que servia de almoxarifado para as obras do Centro de Convenções. Finalmente, disse que nosso trabalho colocava o Brasil frente a frente com sua cultura e que nos daria um presente importante para fortalecer aquele idealismo. O presente foi um projeto arquitetônico que ele mesmo chamou de Complexo Cultural do Choro. A realidade ficou maior do que o sonho.

Os desdobramentos desse trabalho podem ser facilmente atestados fazendo um passeio pela cidade. Primeiro a quantidade de jovens tocando choro impressiona. E não apenas a nossa escola, a escola e o Clube do Choro de Paris que pediu o nosso estatuto para servir de base também em Santos, São Paulo e Belo Horizonte. Finalmente formamos em 2011 pedido junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o reconhecimento do choro com o patrimônio imaterial brasileiro. Em fevereiro de 2024, o IPHAN reconheceu o choro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.